

GT 1 – Teoria política marxista

Visão da dívida pública sob a ótica marxista: o caso do endividamento externo da economia argentina

Eliane Gomes*

Resumo

O Estado não detém somente a chave para promover as políticas econômicas, como a chave para o acirramento das contradições e das crises inerentes ao sistema capitalista. Por isso, este trabalho procura discutir a importância do Estado e da dívida pública na economia, sob a ótica da Teoria Marxista. Traremos como ponto de análise o caso da dívida externa da economia Argentina, que embora os discursos tentem afastar o papel do Estado da arena desequilibrada das finanças públicas do endividamento, o mesmo tem agido como um verdadeiro salvaguarda dos capitais privados. Como nos orienta a crítica Marxista, e como vemos na dívida da Argentina, o endividamento público tem sido um componente estrutural das crises, precarizando a condições de vida da classe trabalhadora, acentuando as contradições, e ampliando a instabilidade do atual padrão de acumulação na esfera do capital financeiro.

Palavras-Chave: Dívida Pública. Capital Financeiro. Endividamento Argentino.

1. INTRODUÇÃO

Na Argentina, em meio à conjuntura econômica de 2011, em que os dados mostravam uma economia estagnada, com inflação que se mantinha em níveis elevados, surge uma aliança política liderada por Maurício Macri, que conseguiu chegar à presidência da Argentina com uma tática econômica claramente neoliberal através do voto popular. O triunfo de Macri colocou um final ao período “pós-neoliberal” anterior dos Kirchner (Néstor Kirchner, presidente da Argentina de 2003 a 2007 / Cristina Fernández de Kirchner, presidente do país de 2007 a 2015) e abriu um ciclo político direitista.

Para a equipe econômica do eleito Macri, a vulnerabilidade e fragilidade econômica da Argentina resultava de anos de intervenção excessiva do Estado. Tinha um

* Graduada em economia, mestranda em Ciências Sociais – UFCG. Contato: gomes.s.eliane@gmail.com

diagnóstico neoliberal clássico. Teoricamente, a abertura economia representaria um estímulo aos setores naturalmente competitivos da Argentina, principalmente os ligados a agropecuária, o que garantiria que o país fosse “o supermercado do mundo”. O “choque de confiança” que a equipe econômica de *Cambiamos*¹ desejava viria de reformas econômicas em que o Estado perderia o protagonismo em prol do crescimento dos investimentos do setor privado.

As reformas seriam feitas a partir de medidas que rompessem com os vários controles regulatórios criados durante os anos de governo kirchneristas. Macri pretendia com elas promover maior abertura econômica, possibilitando a liberalização financeira, cambial e do comércio exterior.

Já no início do governo Macri parte da estrutura regulatória kirchnerista foi desfeita. No entanto, os resultados não foram satisfatórios, como resposta, teve-se uma queda de 1,8% do PIB em 2016. Como consequência da queda da atividade econômica, refletiu-se um impacto negativo em relação a questão social, com taxa de desemprego que sofreu um aumento próximo de 30%, passando de 6,5% em 2015 para 8,5% em 2016, segundo o Índice Nacional de Estatísticas e Censos (INDEC) da Argentina.

Já em 2017, em ano de eleições parlamentares, o governo Macri alcançou uma recuperação econômica com uma alta no PIB de 2,9%. Porém no tocante ao mercado de trabalho, a recuperação econômica não causou impacto, o desemprego sofreu apenas uma queda pífia para 8,4% (Índice Nacional de Estatísticas e Censos - INDEC- da Argentina).

Com crescimento econômico em 2017 após as vitórias nas eleições parlamentares, o governo Macri então anunciava que as reformas neoliberais estavam surtindo efeitos positivos, o que faria com que a Argentina chegasse a experimentar “vinte anos de crescimento econômico”. Entretanto, o país não foi capaz de continuar repetindo o desempenho. A liberalização financeira e do comércio exterior trouxeram para economia impactos que fragilizaram a posição externa Argentina. A aprovação da Reforma da Previdência contra a vontade da maioria da população e com uma forte repressão queimou rapidamente em dois meses boa parte de seu capital político.

¹ *Cambiamos*: É uma aliança político entre o partido de Mauricio Macri Proposta Republicana (PRO) e um partido centenário de caráter nacional, a União Cívica Radical (UCR).

A restrição externa que acuou o crescimento nos últimos anos kirchneristas havia retornado, mas, desta vez o motivo não era um crescimento robusto da economia, mas um reflexo do processo de especulação financeira motivado pelas medidas econômicas do governo Macri.

A abertura econômica fez com que a Argentina retornasse ao mercado internacional de títulos, e o objetivo anunciado do governo em facilitar o investimento estrangeiro direto como forma de estimular o crescimento econômico, em ordem prática serviu apenas para possibilitar um grande esquema financeiro causador do re-endividamento do país. Logo, nos dois primeiros anos de governo Macri, a liberalização da economia fez com que houvesse uma grande especulação financeira financiada pelo endividamento externo da Argentina nos mercados internacionais.

Como resultado do alto endividamento atingido, foi assinado um acordo em junho de 2018, que representou o maior empréstimo da história da Argentina, equivalente a US\$ 50 Bilhões de dólares pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse acordo significa um total de 80% dos empréstimos do FMI nos últimos 40 anos (MANZANELLI e BARRERA, 2018). Em agosto de 2019, e em meio à crise econômica, Macri declara moratória de dívida do país.

Mauricio Macri e sua “nova direita”, fez nos quatro anos de governo a promoção da privatização da economia, colocando três desses quatro anos em recessão, aumentando a pobreza e o desemprego, que foram aprofundados com os duros acordos com o FMI, e que continuaram sendo levados adiante a partir de 2020, agora com o Governo de Alberto Fernandez e Cristiana Kirchner no poder.

Fernandes e Kirchner tiveram que enfrentar, além da recessão econômica e o endividamento, outro grave problema: a pandemia do corona vírus. Apesar de a crise sanitária produzir um efeito devastador sobre a economia, a vida social e, particularmente, sob o conjunto da classe trabalhadora, seu impacto se torna um dos aspectos de uma crise mais ampla, de caráter estrutural. A crise sanitária aprofunda a crise econômica, política e social, ou seja, crises que já vinham de antes.

A pandemia ressaltou a subordinação ao capital financeiro. Houve o agravamento das condições de crise econômica e social na periferia. No caso da periferia, sua integração subordinada a nova estrutura global do capital, promovida pela

reestruturação produtiva e pela implementação das políticas neoliberais, só fez com que os nexos da dependência fossem ainda mais aprofundados, confirmando sua condição de plataforma de valorização financeira na esfera do capital financeiro.

O problema estrutural da dívida externa continua sendo um problema que recai sob a população, a classe trabalhadora continua pagando por uma dívida que não foi feita em prol dela, o setor financeiro domina e escraviza o setor real. A dívida ilegal e ilegítima, tomada contra os interesses do povo, continua sendo negociada enquanto a economia é ordenada com base na geração de condições para pagá-la. O grande capital se beneficia, e na crise sanitária ainda mais, com maior liberdade para negociar.

Com uma política neoliberal que ganhou poder durante o governo Macri, prometendo um retorno ao mundo com abertura comercial e liberalização econômica, e que chegou ao seu último governo em crise econômica e decreto de moratória, e atualmente com um governo de Fernandes que continua negociando a dívida mesmo que massacrando a população, colocamos como ponto central desse artigo a necessidade que se discuta a crescente importância do Estado e da Dívida Pública no capitalismo contemporâneo, apesar do discurso que tenta afastar o Estado da arena econômica e equilibrar as finanças públicas. O Estado tem agido como verdadeiro salvaguarda para os capitais privados, mas, o desempenho desta função tem impedindo a criação de mecanismos por parte do capital e do próprio Estado para um novo ciclo de expansão da economia mundial. A dívida pública tem sido, contraditoriamente, um componente estrutural da crise, ampliando a instabilidade sistêmica do atual padrão de acumulação financeirizado.

2. DÍVIDA PÚBLICA E ESTADO CAPITALISTA: A CHAVE PARA O ACIRRAMENTO DAS CONTRADIÇÕES

Na literatura convencional se afirma que a economia Argentina era uma das nações mais ricas do mundo até 1930, considerada tão ou mais prósperas que países da Europa. Essa característica se deu em virtude do *boom* de commodities que fez o país enriquecer muito, era líder em exportação de carne bovina, produtos agrícolas, e produtos naturais.

O cenário global no qual a Argentina é inserida naquele momento é totalmente propício para venda de produtos com alto valor de mercado que o país possuía, produtos oriundos das terras que estavam nas mãos da forte elite. O modelo agroexportador, com baixos salários para maior parte da população e pouco desenvolvimento, foi um dos motivos que fizeram a Argentina ser um dos países que mais cedo aderiu às políticas neoliberais, com o objetivo de manter os privilégios da classe burguesa agroexportadora, e também enfraquecer os sindicatos existentes. O país enriqueceu, mas nunca desenvolveu socialmente, seu povo nunca prosperou de fato enquanto nação.

Como a própria teoria Marxista nos orienta, a sociedade deve ser analisada como sendo moldada por suas condições históricas, e olhar a realidade sob a perspectiva do materialismo histórico dialético é fundamental. Como disse Marx no 18 Brumário de Luís Bonaparte: “Os homens fazem a sua própria história, contudo, não a fazem de forma livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”.

Em um país como a Argentina, marcado por crises periódicas de alto endividamento, recorrentes defaults, períodos de liberalização econômica e financeira radical, e com uma elite que nunca se importou com seu povo, se torna primordial enxergar que as articulações que se estabeleceram, e a maneira como as instituições foram sendo ordenadas, não aconteceram como algo do acaso. Devemos enxergar a existência dessa sociedade e de seus indivíduos dentro de um contexto histórico, de acordo com sua realidade material.

A história nos diz muito e se transforma a partir da dialética, na economia Argentina não é diferente, suas contradições entre as classes sempre foram determinantes para decidir o caminho dos privilégios, da pobreza, e dos efeitos das intensas crises e instabilidade política.

Os países da América Latina especificamente, sempre tiveram características em comum, nas só no que se refere à colonização europeia, mas também no que quesito das dívidas. Esses países contraíram dívidas grandiosas por meios de recursos como empréstimos em instituições financeiras internacionais ou com países credores. Historicamente, iniciaram esse endividamento marcante e intenso já no início do processo de descolonização, que foi quando as dívidas tinham como principal caminho financiar o

fim da dependência com a metrópole, o que os tornaria enfim independentes e livres da condição de colônia. Entretanto, os países latino-americanos começaram a passar por dificuldade para conseguirem pagar essas dívidas. A princípio, como uma das principais dificuldades tem-se o tipo de produção, isso porque essas nações se mantinham por meio da produção primária e troca comercial desigual, e com crescimento e desenvolvimento econômico limitado, produto da divisão internacional do trabalho, ficaram impossibilitados de conseguir recursos financeiros suficientes para pagamento de suas dívidas.

Como alternativa para gerar maior crescimento econômico que permitisse diminuir o valor das dívidas que haviam sido adquiridas, iniciaram o processo de industrialização de suas economias, aplicando na medida de suas possibilidades, uma política de substituição de importações. Mas não é tão simples falar de dívida econômica quando se trata de países com economias dependentes e rasgos semicoloniais como na América Latina, onde o crescimento e o desenvolvimento são extremamente frágeis.

Economias centralizadas podem encontrar vantagens, por exemplo, se os países optarem apenas por pagar os juros da dívida. A partir da década de 70, com o neoliberalismo, quando os juros internacionais tiveram reformulações e tornaram-se ainda mais altos, as dívidas dos países em desenvolvimento foram agravadas e, dessa forma, ficaram ainda mais distantes da oportunidade de pagamento.

Sabe-se que o endividamento se trata de algo histórico, e como bem afirma Marx, a dívida surge na gênese do modo de produção capitalista, sendo inclusive um dos mecanismos de acumulação primitiva, e também uma alternativa para se conseguir acumulação de capital.

Sobre esse ponto Marx (1985, p. 288) afirma:

A dívida pública torna-se uma das mais enérgicas alavancas da acumulação primitiva. Tal como o toque de uma varinha mágica, ela dota o dinheiro improdutivo de força criadora e o transforma, desse modo, em capital, sem que tenha necessidade para tanto de se expor ao esforço e perigo inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária. Os credores do Estado, na realidade, não dão nada, pois a soma emprestada é convertida em títulos da dívida, facilmente transferíveis, que continuam a funcionar em suas mãos como se fossem a mesma quantidade de dinheiro sonante. Porém, abstraindo a classe de rentistas ociosos assim criada e a riqueza improvisada dos financistas que atuam como intermediários entre o governo e a nação [...] a dívida do Estado fez prosperar as

sociedades por ações, o comércio com títulos negociáveis de toda espécie, a agiotagem, em uma palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia.

Nesse sentido, Marx consegue explicar como acontece a conversão de dinheiro em capital monetário, como que se desenvolve o sistema de crédito e também como se expande o número de rentistas.

Entende-se que o dinheiro, enquanto dinheiro somente, não rende, não multiplica e nem reproduz. E o sistema de crédito, que foi desenvolvido com o modo de produção capitalista aberto e desregulado, é quem dita às diretrizes da acumulação e reprodução do capital. O desenvolvimento desse sistema de crédito foi crucial para deferir a acumulação e a centralização do capital, seja ele aumentado na forma de capital fictício ou expandido nas formas de superacumulação do capital no âmbito financeiro. Marx (1986, p. 14) esclarece:

Com o desenvolvimento do capital portador de juros e do sistema de crédito, todo capital parece duplicar e às vezes triplicar pelo modo diverso em que o mesmo capital ou simplesmente o mesmo título de dívida aparece, em diferentes mãos, sob diversas formas. A maior parte desse “capital monetário” é puramente fictícia. Todos os depósitos, excetuando o fundo de reserva, são apenas créditos contra o banqueiro, mas nunca existem em depósito.

Segundo Nakatani (2006), a facilidade que o capital monetário fictício oferece é fruto das políticas neoliberais que foram sendo impostas pelos Estados com o passar do tempo, e como consequência reduziram a proteção social, uma vez que transferiram para a esfera financeira privada uma grande massa de poupanças que ficam centralizadas nos fundos de aplicação financeira de diversos tipos. A reprodução dessa massa de capital essencialmente se faz através da compra de ações. Ou seja, os fundos mais importantes e com mais quantidade de capital acumulado, se vinculam as sociedades anônimas e às grandes corporações, e em paralelo, uma grande parte desse capital acumulado se destina à especulação nos mercados financeiros, de moedas e de títulos públicos (NAKATANI, 2006).

Logo, sob a ótica da teoria Marxista, no sistema capitalista, o Estado é capaz de manter e reproduzir uma dívida, ao mesmo tempo em que possibilita que no sistema de crédito haja a conversão do dinheiro ocioso em capital portador de juros. Conforme

Nakatani (2006) explica, é possível que se absorva toda a massa de capital monetário que a superacumulação libera, e que não é convertido em capital real, em rentável e duradouro. Sendo assim, para garantir a rentabilidade desse capital, o Estado apropria-se de uma parcela crescente da mais-valia social, convertendo-a em juros pagos sobre a dívida. Assim, a intervenção do Estado, na esfera financeira, tornou-se fundamental para a reprodução ampliada do capital (NAKATANI, 2006, p. 4).

Tem-se então, o capital financeiro sob o capital produtivo. Como expõe Laudicéia Araújo Santana, na sua tese de doutorado defendida no PPGCS - UFCC: o capital financeiro passa a ter uma movimentação mundial de forma autônoma da mercadoria, e se reproduzindo de forma rentista, sobretudo, através das dívidas de países periféricos (ARAUJO SANTANA, 2018).

Karl Marx e Friedrich Engels entendem o Estado como uma expressão política da dominação da classe burguesa, que garante uma ordem que seja capaz de reproduzir as relações material e social capitalista. Em a Ideologia Alemã, os autores colocam que a burguesia consegue se organizar nacionalmente alcançando o aparelho de Estado, e assim, consegue difundir seus interesses particulares enquanto interesse universal assegurando a propriedade privada. Diz Engels (1981, p. 195):

O Estado não é, pois, de forma alguma, um poder imposto à sociedade de fora para dentro; tampouco é “realização da ideia moral” ou a imagem e realidade da razão”, como afirma Hegel. E antes, um produto da sociedade num determinado estágio de desenvolvimento; é a revelação de que essa sociedade se envolveu numa irremediável contradição consigo mesma e que está dividida em antagonismos irreconciliáveis que não consegue exorcizar. No entanto, a fim de que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos conflitantes não se consumam e não afundem a sociedade numa luta infrutífera, um poder, aparentemente acima da sociedade, tem-se tornado necessário para moderar o conflito e mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Este poder, surgido da sociedade, mas colocado acima dela e cada vez mais se alienando dela, é o Estado [...]. Na medida em que o Estado surgiu da necessidade de conter os antagonismos de classe, mas também apareceu no interior dos conflitos entre elas, torna-se geralmente um Estado em que predomina a classe mais poderosa, a classe econômica dominante, a classe que, por seu intermédio, também se converte na classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. O Estado antigo era acima de tudo, o Estado dos proprietários de escravos para manter subjugados a estes, como o Estado feudal era o órgão da nobreza para dominar os camponeses e os servos, e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado.

Logo, o Estado capitalista foi gestado para controlar os conflitos sociais inerentes à existência de classes antagônicas, face aos diferentes e contrários interesses econômicos. Foi um meio encontrado para mediar esses conflitos e manter uma ordem econômica, política e social refletindo o domínio econômico da classe burguesa.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que examinar o endividamento público de um país, e o da Economia Argentina em especial que possui longo histórico de políticas que privilegiam a classe burguesa, é um terreno analítico relevante a ser explorado, seja pelas agudas oscilações no que tange ao seu desenvolvimento precário recente, que tem levado o país a momentos de euforia e crescimento e períodos de crise profunda; ou pela tendência de longo prazo marcada pela perda de importância do país no cenário geopolítico regional e internacional.

Vimos que quando se avalia o desenvolvimento da Argentina nos últimos anos, é importante ressaltar o fato de o país vir experimentando um processo de intensa degradação do seu contexto social. O Governo de Mauricio Macri que chegou a seu último ano em uma situação de grave crise econômica, evidenciando que tática de liberalização econômica e financeira não foram capazes de atrair o investimento externo ou crescimento exponencial, pelo contrário, resultaram num processo de especulação financiado por endividamento externo que provocou o aumento da restrição e maior dependência da econômica nos mercados internacionais, problema que tem perdurado mesmo com o governo de Alberto Fernandez que continua a mercê das negociatas da dívida.

Afirmamos também o quanto à teoria Marxista continua sendo relevante a atual para se entender o problema do endividamento público na sociedade capitalista. Com essa breve análise crítica soba à luz da teoria Marxista percebemos que os responsáveis pelas políticas neoliberais sempre disseminaram a ideia de que suas finanças públicas são controladas e eficientes, mas na verdade, o que se tem visto é o aumento da dívida pública, em virtude do aumento da taxa de juros e da necessidade de se contrair novos empréstimos para amortização e remuneração da dívida passada. Isso fez com que as

políticas neoliberais evidenciassem seu viés contracionista, bem como de que maneira tem tonado possível o aumento dos impostos como fonte de receita para o pagamento do encargo da dívida.

Percebeu-se que o crescimento da dívida pública tem assegurado com alta eficiência somente a lucratividade para a esfera do capital financeiro. Os títulos negociados da dívida tornaram-se elementos seguros de valorização do capital, e conseqüentemente, este mesmo capital vai exigindo cada vez mais do Estado políticas de liberalização e desregulamentação dos mercados. Esta evidencia, aliada ao regime de acumulação financeirizado criador de menos emprego, não consegue dar condições para criação de uma base para retomada do crescimento, acontece o oposto, cria um cenário marcado por desequilíbrios econômicos recorrentes, sem planos de desenvolvimento, tendência à estagnação, e principalmente precarização do trabalho e das condições de vida da classe trabalhadora que se torna uma alternativa para depositar todo o peso da crise.

REFERÊNCIAS

ARAUJO SANTANA, Laudiceia, 2018. **Transformismo e o sistema da dívida pública brasileira nas definições programáticas do partido dos trabalhadores e no governo Lula (2003-2010)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, 2018.

GOHN, María da Gloria Marcondes. **Novas teorias dos movimentos sociais**, São Paulo: Edições Loyola. 2008.

ÍNDICE NACIONAL DE ESTADÍSTICAS E CENSOS – INDEC, 2018.

MANZANELLI, Pablo; BARRERA, 2018. Mariano. **Deuda externa y corrida cambiaria. Un análisis del gobierno de Cambiemos en perspectiva histórica**. Cuadernos de Economía Crítica, v.5, n. 9, p. 17- 44.

MARX, Karl. **O Capital. Livro 1**, Vol. II, 2ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 288.

MARX, Karl. **O Capital. Livro III**, Vol. IV. 2ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986, p. 14

MARX, Karl. **O Capital. Livro III**. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte.** Disponível em: http://ateus.net/ebooks/geral/marx_o_18_brumario_de_luis_bonaparte.pdf. Acesso em: dezembro de 2020.

MARX & ENGELS. **A Ideologia Alemã.** Tradução de Frank Muller. São Paulo: Martin Claret, 2006.

NAKATANI, Paulo. **O papel e o significado da dívida pública na reprodução do capital.** Texto elaborado para o “Simposio Internacional sobre deuda pública”. Caracas, 22, 23 e 24 de setembro de 2006.

TROTSKY, Leon. **Stalin. O Grande Organizador de Derrotas.** 1 edição. Editora Sundermann: 2011.